

As Unidades Polícia Pacificadora e a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro entre a guerra e a paz

Avance de investigación en Curso

Grupo de Trabajo 4: Control Social, legitimidad y seguridad ciudadana

Flavio Serafini

Resumo

Desde os anos 1990, a segurança pública do Rio de Janeiro é orientada pela lógica da guerra, atuando de forma seletiva em uma gestão penal da pobreza. A realização de eventos internacionais na cidade, incluindo a Copa de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016, incrementou o fluxo de investimentos e capitais buscando prepará-la para receber milhões de turistas. Em 2008, o governo implanta a primeira Unidade de Polícia Pacificadora reorientando a ação policial para o controle à circulação de armas e do território. Sua localização se orienta pelos circuitos econômicos da cidade em detrimento da criminalidade. A escassez de ações distributivas e participativas reforçam um caráter de integração ao mercado pela via do controle social.

As Unidades Polícia Pacificadora e a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro entre a guerra e a paz

A evolução das formas de repressão deve ser compreendida inserida no contexto das transformações econômicas e sociais que perpassam a sociedade. Compreender as transformações a que estão submetidos os sistemas punitivos e de controle social de uma determinada sociedade, significa entender como o sistema penal está inserido na dinâmica social e nos conflitos existentes entre grupos e classes.

Este artigo examina as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, a partir da experiência da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, no ano de 2008. A implantação das UPPs, inicia-se em um contexto marcado pela escalada da violência em favelas da cidade do Rio de Janeiro, em especial a violência relacionada à ação do tráfico de drogas e à repressão policial, e pelo esforço de diferentes esferas governamentais e empresariais de retomar um modelo de desenvolvimento centrado na promoção da cidade como ambiente de turismo, consumo e negócios.

Há décadas que o modelo de segurança pública do estado do Rio de Janeiro mobiliza-se ao redor do paradigma da “guerra”, preconizando uma ação policial com alto grau de violência letal, que busca combater o tráfico de drogas, considerado principal problema da segurança pública. Esta política aprofundou-se a partir da década de 1990, quando no contexto das políticas neoliberais tivemos o aumento das taxas de desemprego e desocupação, e a intensificação do tratamento penal e violento a que os extratos mais pobres da sociedade brasileira estiveram historicamente submetidos.

Ao longos dos primeiros anos do século XXI, a letalidade na ação policial cresceu ainda mais, com a utilização de armamento pesado e sendo responsável por parcelas cada vez maiores dos homicídios registrados no estado. As UPPs, inserem-se neste contexto como possível esforço de desenvolvimento de uma nova forma de ação policial na repressão do tráfico de drogas e na “retomada” de territórios até então marcados pela forte presença de grupos armados.

Esta mudança se dá quando a cidade e o estado do Rio de Janeiro buscam através de uma série de iniciativas reverter o quadro de relativa decadência a que estiveram submetidos nas últimas décadas, e paratanto, buscam atrair investimentos e situações que lhes permitam retomar patamares de

crescimento econômico e geração de empregos similares ao do país. O Rio de Janeiro tem recebido eventos internacionais que são vistos como possibilidade de alavancar estes investimentos e promover sua imagem no exterior: Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em 2012, Jornada Mundial da Juventude Católica em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Olimpíadas de 2016 formam o calendário construído, segundo os governantes para transformar a cidade.

Previsões estimam que entre 2011 e 2014 o estado do Rio de Janeiro deva receber até 211 bilhões de reais em investimentos públicos e privados¹. No discurso de governantes, empresários e dos principais meios de comunicação, a realização destes megaeventos pode deixar um importante legado para a cidade, criando uma oportunidade única para que o Rio de Janeiro se apresente para o mundo como ótimo lugar para turismo, negócios e investimentos.

Este trabalho pretende discutir como políticas urbanas e de segurança pública se relacionam construindo uma prática geral de controle disciplinar dos corpos e dos usos do espaço urbano, fazendo com que práticas sociais ligadas à pobreza e reproduzidas à margem do capital hegemônico sejam geridas pelo Estado. Discutir a inserção da UPP na estratégia dos governos do estado do Rio de Janeiro em tornar a cidade um ambiente mais propício à negócios e investimentos buscando impulsionar o desenvolvimento capitalista local. (HARVEY, 2005 p. 168)

Buscaremos fazer uma leitura que busque compreender o desenvolvimento das novas estratégias de controle disciplinar dos corpos desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro a partir, principalmente, da territorialização do capital em sua busca por ampliação de espaços de circulação e reprodução. Smith ressalta que o processo de incorporação de áreas degradadas à nova fronteira da reprodução capitalista no espaço urbano, segue uma lógica que não é a de expansão absoluta, mas de diferenciação interna do território no processo definido como gentrificação (SMITH, 2007).

Uma série de políticas em curso a cidade do Rio hoje se caracterizam por selecionar territórios e práticas sociais marcadas pela pobreza e neutralizá-las e contê-las, principalmente fisicamente, abrindo espaço para a remodelagem destas áreas, tornando-as espaços mais atraentes ao consumo, projetando a idéia de “shopping a céu aberto” e incrementando seu potencial valor. Os principais exemplos são:

- Remoção de 130 favelas até as Olimpíadas;
- Internação compulsória dos moradores de rua (em nome do combate às drogas);
- “Choque de Ordem” e “Unidades de Ordem Pública”;
- “Barreiras Acústicas” escondendo favelas das vias expressas;
- “Ecolimites” para conter o crescimento das favelas da Zona Sul;
- Unidades de Polícia Pacificadora;
- Utilização em larga escala de veículos blindados e armamento pesado como Caveirão;
- Instalação de milhares de câmeras para monitorar as ruas da cidade.

Estas ações apontam para um mesmo sentido de conter a expansão e a visibilidade das favelas; assim como expandir o controle social sobre as populações pobres e mesmo neutralizá-las, através do encarceramento, vigilância ou confinamento. Nos centraremos nas “Unidades de Polícia Pacificadora”, pois acreditamos que as mesmas cumprem um papel mais estruturante no processo de remodelagem da cidade do Rio de Janeiro.

A Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro sob o paradigma da Guerra

A consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil se dá na década de 1990. Neste período, começa também o processo de reestruturação produtiva no país fazendo com que o desemprego cresça rapidamente, principalmente nas áreas industrializadas. De 1994 a 1998, a indústria brasileira eliminou

¹ Estimativa da FIRJAN, publicada em O Globo, 30 de novembro de 2012.

mais de um terço dos seus postos de trabalho. Quadro agravado se consideradas as características da industrialização brasileira:

Cabe lembrar, entretanto, que esse quadro de desemprego estrutural tem aqui particularidades significativas. A economia brasileira só atingiu nos anos 1970 um nível de crescimento industrial capaz de absorver 30% da população economicamente ativa no trabalho fabril. Aqui, o setor de serviços sempre respondeu por uma parcela mais significativa da mão de obra empregada e a contratação precária (não coberta por convenções coletivas, negociação sindical ou legislação trabalhista), também chamada de “informal”, atinge há muito tempo uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. Pode-se falar, portanto, de um subemprego histórico, agravado recentemente pelo desemprego estrutural. (MATTOS, 2011 p. 5)

O aumento do desemprego na década de 1990, combinado com as baixas taxas de crescimento, pareciam condenar à “inutilidade” uma crescente parcela da população, que excluída da sociedade de consumo, se personificava no estereótipo do negro, pobre, favelado e traficante de drogas, se consolidando como inimigo principal da ordem no imaginário social do Rio de Janeiro. É quando se inicia a virada no tratamento dispensado às favelas, tanto pela proporção que estas alcançaram, como pelo crescimento da lógica de confronto armado entre polícia e traficantes de drogas (BATISTA, 2011). Neste período, também no plano internacional, ganha impulso o discurso do combate às drogas, tentando-se justificar a manutenção de altíssimos gastos bélicos e de espionagem mesmo com o arrefecimento da guerra fria (ZAFARONI, 2007).

Durante as décadas de 1980 e 1990 a alternância no governo do Estado do Rio significou uma variação entre diferentes olhares para a segurança pública, tendo os dois governos de Leonel Brizola (1982-1986 e 1990-1994) representado uma política que buscava conciliar segurança pública e direitos humanos, buscando conter a escalada da violência policial nas favelas. O governo Moreira Franco (1986-1990) já havia fortalecido uma perspectiva bélica à frente da política de segurança pública do estado do Rio, que vai se consolidar no governo de Marcelo Alencar (1994-1998).

O então governador reabilitou a militarização das ações policiais como forma de tratamento da criminalidade e ressuscitou a “gratificação por bravura” que premiava policiais que praticassem “atos heróicos”. Dentre os atos premiados considerava-se a eliminação do fugitivo em confronto, o que levou esta gratificação a ser conhecida como “gratificação faroeste”. (CERQUEIRA, 2001) Consagra-se o auto de resistência, o homicídiopraticado pelo policial, em que este registra a morte do cidadão após suposta resistência armada à polícia (MISSE 2012).

O Governo de Anthony Garotinho (1999-2002) foi responsável por introduzir na segurança pública do estado o veículo blindado com aberturas para tiros pelas laterais apelidado de “Caveirão”. No governo de sua esposa, Rosinha, o uso do Caveirão se disseminou, sendo utilizado por várias unidades, exclusivamente em favelas. Este é, certamente, o coroamento da política que trata os setores subalternizados e empobrecidos da população como passíveis de serem eliminados fisicamente. A versão brasileira da gestão penal da pobreza que busca neutralizar os extratos mais pobres dos trabalhadores. (WAQCQUANT;2003)

No Governo Sérgio Cabral(2007-) a utilização do Caveirão chegou ao seu ápice, assim como os autos de resistência. Estes dois pontos podem ser referência para compreendermos o paradigma da segurança pública como metáfora de guerra e, principalmente, o significado da atuação seletiva da polícia. A tabela 1, com os autos de resistência de 1993 a 2011, mostra que de 2001 a 2010, a polícia do estado do Rio matou cerca de 10 mil pessoas. Estes homicídios quase não foram investigados, pois a princípio, tratava-se de “exclusão de ilicitude”, o que nos remete a uma ideia do “Estado de exceção permanente”. (AGAMBEN;2008)

Tabela 1: Autos de Resistência no estado do Rio de Janeiro 1993-2011

Ano	Autos de resistência
1993	150
1994	200
1995	350
1996	390
1997	300
1998	397
1999	289
2000	427
2001	592
2002	900
2003	1195
2004	983
2005	1098
2006	1063
2007	1330
2008	1137
2009	1048
2010	854
2011	524

Fonte: ISP/MISSE 2012

As Unidades de Polícia Pacificadora

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) teve seu início a partir da implantação de sua primeira unidade no Morro Santa Marta.² Até o final de 2012, vinte e oito UPPs haviam sido implantadas:

Tabela 2: UPP por região

Unidade de Polícia Pacificadora	
	Santa Marta
	Chapéu Mangueira
	Babilônia
Zona Sul –	Pavão Pavãozinho e Cantagalo
Oito Unidades	Tabajaras e Cabritos
	Escondidinho e Prazeres
	Rocinha
	Vidigal
Zona Oeste- Duas	Cidade de Deus
Unidades	Batan
Centro- Duas	Providência
Unidades	São Carlos
Zona Norte –	Borel

² Informação disponível no sítio www.upprj.com

Unidade de Polícia Pacificadora	
Dezesseis	Formiga
Unidades	Andaraí
	Salgueiro
	Turano
	São João, Matriz e Quietô
	Macacos
	Coroa, Fallet e Fogueteiro
	Mangueira, Tuiuti
	Nova Brasília
	Adeus, Baiana
	Alemão, Pedra do Sapo
	Chatuba
	Fé, Sereno
	Parque Proletário
	Vila Cruzeiro

Fonte: www.upp.com.br.

Embora sejam uma política do governo, seu financiamento é partilhado com o setor privado, fato que evidencia a identificação destes grupos com o significado da pacificação. O grupo EBX, por exemplo, investe 20 milhões de reais por ano. Inicialmente definida como inspirada no modelo de Policiamento Comunitário, posteriormente a UPP é apresentada como relacionada aos princípios da polícia de proximidade. A proposta de policiamento comunitário, em geral, é relacionada a uma perspectiva de gestão democrática da segurança pública, destacando a participação da comunidade na definição das prioridades, estratégias e controle do policiamento, elementos que até agora inexistem ou são fragilíssimos nas UPPs. Além disso, outra característica muito marcante nas experiências de policiamento comunitário é a descentralização, uma vez que é necessário que as unidades descentralizadas, assim como os próprios policiais em atividade tenham capacidade e discernimento para lidar com as diferentes situações. Nas UPPs, embora as unidades sejam descentralizadas, elas obedecem a uma severa hierarquia, sem nenhum tipo de flexibilização com relação aos batalhões. (CANO, 2012)

Com a inauguração do programa UPP Social em 2010, a vinculação entre as UPPs e as políticas sociais passou a se articular com as intervenções desse programa de gestão das políticas sociais e de desenvolvimento. (RODRIGUES & SIQUEIRA, 2012). O programa UPP Social visa articular e coordenar a implementação de políticas sociais em favelas pacificadas, assim como organizar informações e levantar as principais demandas da comunidade. Para a sua implementação, busca a parceria com ONGs, empresas e outras esferas governamentais. As UPPs sociais configuram-se como uma tentativa de dar resposta às diferentes críticas de que a política de pacificação se restringia a um processo de militarização do cotidiano, que pouco avançava na garantia de direitos sociais aos moradores de áreas segregadas da cidade, entretanto, até agora, nem de longe contou com o mesmo suporte governamental dado à UPP policial. Além disso, a crescente centralidade dada à polícia na mediação do Estado com os moradores de favela reforçam a militarização do cotidiano dos mais pobres. (FLEURY, 2013)

Desde a década de 1970 que o Rio de Janeiro vem declinando em importância econômica. Entre 1970 e 2008, a participação do estado do Rio de Janeiro na composição do PIB nacional caiu 32%

enquanto a da capital caiu 60%. Entre 1995 e 2010, o crescimento do emprego formal no estado foi de 50%, enquanto a média nacional foi de 85,5%³. Na segunda metade da década passada, a economia estadual começou a demonstrar alguns sinais de recuperação, se aproximando do ritmo nacional e em alguns casos superando.

Entre 2006 e 2009, ocorreu crescimento do emprego formal no estado do Rio de Janeiro de 14,2%, contra um crescimento na região Sudeste de 16,3% e no Brasil de 17,2%. Em 2010, o emprego no Rio cresceu 7,2%, no sudeste 7,23% e no Brasil 7,9%. Já em 2011, o emprego no Rio cresceu 6,22%, no Sudeste 5,29% e no Brasil 5,65%⁴. O estado do Rio e sua capital têm conseguido se aproximar dos índices nacionais, entretanto, este quadro é recente e precisa se confirmar. O dado mais relevante é o baixo índice de desemprego nacional, que tem destaque ainda maior no estado do Rio.

Tabela 3: Índice de Desemprego no Brasil e no Rio de Janeiro. 2003-2012

ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	12,4%	11,5%	9,9%	10,0%	9,3%	7,9%	8,1%	6,7%	6,0%	5,5%
Rio de Janeiro	9,2%	9,0%	7,7%	7,9%	7,2%	6,8%	6,1%	5,6%	5,2%	5,0%

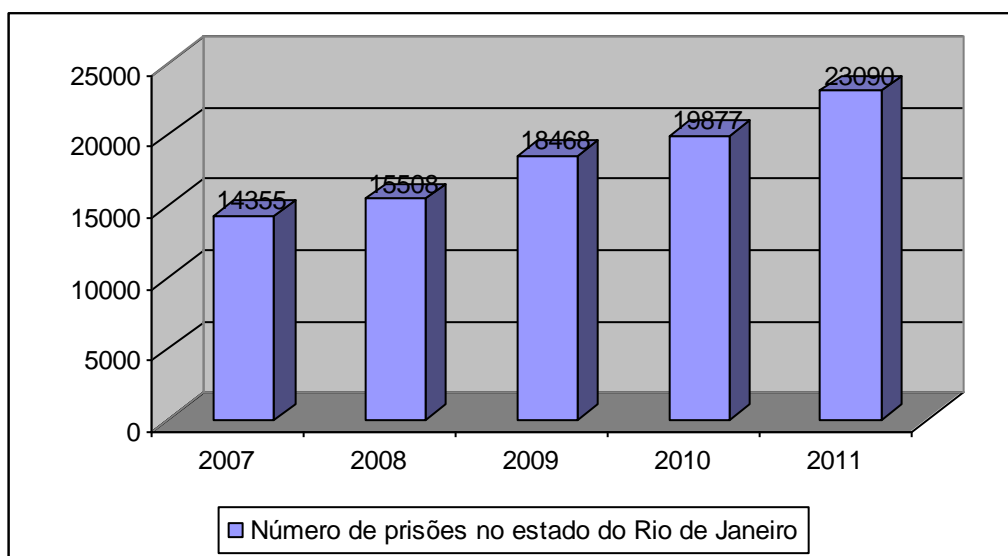
Fonte: IBGE Pesquisa Mensal de Desemprego – Brasil e região metropolitana do Rio de Janeiro

Melossi (2006) destacou que a expansão do sistema penal nos EUA, se deu não somente em contextos de crise, mas também de expansão econômica que este país atravessou em fins dos anos 1990, inclusive com grande oferta de emprego, por mais fossem em sua maioria precarizados, no que ele chama “macdonaldização”. Em sua análise, estariam convivendo a perspectiva “detentivo-neutralizante” e a “autoritário-ressocializante” na gestão do sistema penal americano. O sistema carcerário, permaneceria como “espécie de grande portão de ingresso ao contrato social” ou mesmo como introdução à forma de trabalho subordinado”.

No período recente, quando o governo brasileiro começou a apostar na ampliação do acesso ao consumo como forma de buscar um processo de crescimento da economia, mesmo com a manutenção dos pilares do neoliberalismo, tem conseguido melhorar os níveis de emprego e de formalidade do trabalho (ZIBECH, 2012). No estado do Rio de Janeiro, em um quadro de relativo crescimento econômico, queda no desemprego e diminuição da criminalidade violenta e principalmente de letalidade policial, o encarceramento cresce rapidamente ao mesmo tempo em que novas estratégias de policiamento e controle da população são implantadas.

³ Dados do Ministério do Trabalho e Emprego organizados por DA SILVA.

⁴ Dados do Ministério do Trabalho e Emprego organizados por DA SILVA.



Mesmo considerando que o sistema carcerário do estado, está longe de cumprir qualquer papel de ressocialização ou “portão de ingresso no contrato social é possível que estejamos em um momento de combinação de estratégias de gestão penal da pobreza, onde a vertente disciplinar ou “autoritário-ressocializante” esteja se ampliando diante de uma relativa contração da vertente “detentivo-neutralizante”.

Há uma diminuição do desemprego do Rio de Janeiro. Esta mudança é puxada por alguns setores, como o da indústria extrativa mineral, o setor de serviços e a construção civil, que aumentaram respectivamente 44,2%, 14,1% e 58,8% a quantidade de empregos na capital entre 2006 e 2009. Ao que parece, o estado do Rio realiza uma transição, “recuperando” postos de trabalho perdidos na indústria, em outras áreas com exploração mais intensiva da força de trabalho e maior precarização.

O aumento da geração de empregos nestes setores pode corresponder a este processo de transformações na cidade, que tem buscado fortalecer a infraestrutura de serviços, principalmente voltada para o turismo. A expansão da rede hoteleira, segundo a prefeitura, deve abrir 17 mil novos quartos na cidade até 2015. Somente com o projeto Olímpico, as diferentes esferas de governo brasileiro se comprometeram a investir quase 30 bilhões de reais na construção de equipamentos voltados para os jogos e para a infraestrutura urbana. De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação⁵ já foram reassentadas mais de 12 mil famílias. A estimativa do Comitê dos Mega Eventos Esportivos⁶, é que até 2015, cerca de 30 mil famílias tenham sido desalojadas de suas casas. A maioria delas está sendo reassentada a mais de 60 km de distância ou recebendo indenizações insuficientes para aquisição de novas casas.

O desenvolvimento capitalista da cidade, ressignifica disputas sociais territoriais e simbólicas. É notável que as principais estratégias de controle disciplinar e gestão penal da pobreza desenvolvidas neste período tenham um claro recorte territorial, mas ao mesmo tempo, ao disciplinar o território, também disciplina os corpos, os molda para este novo momento. A compreensão destas políticas deve se dar a partir desta dinâmica geral. Está em curso na cidade do Rio de Janeiro um conjunto de políticas que buscam ressignificar os usos dos territórios e dos corpos.

⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>

⁶ Dossiê da articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.

Geografia das UPPs frente à criminalidade

Todas as UPPs estão situadas na Capital do estado. Dado significativo, uma vez que desde 2007 temos estudos apontando para a desmetropolização da violência, fenômeno nacional que se verifica com muita clareza no Rio de Janeiro. (SOUZA, 2008; WAISEFISZ, 2007).

A cidade do Rio de Janeiro não está entre as que ostentam os maiores índices de criminalidade violenta no estado. No Mapa da Violência Nacional, constam 27 cidades do estado entre as 300 maiores taxas de homicídio do país, a cidade do Rio de Janeiro não se encontra entre estas. Na Baixada Fluminense por exemplo, além de Nova Iguaçu e Caxias que contam com populações de quase um milhão de habitantes, há uma série de outras grandes cidades com índices de homicídio mais altos que os da capital e que registram em suas favelas a presença de traficantes. (ALVES; 2003). Em 2010, a taxa de homicídios na Baixada Fluminense foi de 44 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto na cidade do Rio foi de 26⁷.

Também na cidade do Rio, esta localização não segue os índices de criminalidade. Copacabana e Leme, por exemplo, concentram a presença de 3 UPPs instaladas até 2010. Esta região, que fica na 19ª AISP (Área Integrada de Segurança Pública), durante o primeiro semestre de 2009 (período imediatamente anterior à instalação destas UPPs) registrou a ocorrência de seis homicídios. No mesmo período, a área da 9ª AISP, que compreende os bairros Campinho, Cascadura, e outros, registrou a ocorrência de 273 homicídios. O índice de homicídios na Região Copacabana/Leme é de 4,31 por 100.000 habitantes neste semestre, enquanto na Região Campinho/Cascadura/outros é de 32,01, um índice quase oito vezes pior.

CANO (2012) destaca que há uma seletividade na definição dos locais de instalação das UPPs:

- a) a Zona Sul, área turística e composta por bairros de classe média-alta;
- b) o Centro da cidade, com intensa atividade comercial e de serviços e uma elevada população flutuante;
- c) Uma região específica na Zona Norte que se conhece como 'Cinturão da Tijuca'. Este cinturão da Tijuca está localizado exatamente ao redor do estádio de futebol do Maracanã, sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Na Zona Oeste, existem apenas duas unidades. A UPP da Cidade de Deus foi criada em fevereiro de 2009, a segunda unidade em ordem cronológica, aparentemente aproveitando a iniciativa de um comandante local. A UPP do Jardim Batam foi criada pelo estado como resposta ao impacto público da atuação de milícias nesse local, que chegaram a torturar jornalistas que estavam fazendo uma matéria para o jornal 'O Dia' em 2008. (CANO, 2012 pp. 24-25)

Esta seletividade na escolha tem significado na definição do caráter do projeto, pois seus critérios prioritariamente não estão voltados para a preservação de vidas dos setores mais pobres da população, mas sim para a expectativa de fluxos econômicos. O projeto, embora tendo como público alvo direto os pobres e trabalhadores, configura-se como política pública voltada prioritariamente para os interesses capitalistas.

Impactos da UPP sobre a criminalidade

Ressalvando todas as questões que apontamos até agora, como a falta de espaços formais de diálogo com a população e os critérios de escolha para a definição de onde se instalam, a primeira conclusão sobre o impacto das UPPs sobre a violência é assertiva: reduz consideravelmente os homicídios nas favelas onde está inserida. Segundo Leite, a mudança de foco na segurança pública, da

⁷ Dados do Instituto de Segurança Pública.

repressão violenta à venda de drogas para o controle da circulação de armas e do território foi fundamental para cessar tiroteios e mortes:

Com efeito, o que foi suprimido foi o domínio militar desses pelos bandos de traficantes e, com isto, os confrontos entre diferentes bandos de criminosos disputando os pontos de venda de droga a varejo e entre esses e os policiais. Esta é uma realização que tem produzido certa unanimidade em relação às UPPs quanto à redução da violência. (LEITE, 2012 pp. 382-383)

No relatório sobre os impactos das UPPs coordenado por Cano (2012), que analisa o impacto das UPPs quando já havia 13 unidades implantadas, os resultados apontaram não só a redução do número de homicídios, mas especialmente a redução no número de mortes provocadas diretamente pela polícia, os autos de resistência:

A primeira e mais óbvia comparação é o contraste entre o número de casos (vítimas ou ocorrências, dependendo do tipo de crime) antes e depois da entrada das UPPs. (...) o número (taxa) de mortes violentas por comunidade e mês passa de 1 a 0,25, ou seja, experimenta uma redução de quase 75%. Dentro destas categorias, duas subcategorias são monitoradas de forma específica. A redução é mais moderada para os homicídios dolosos e mais intensa para as mortes em intervenções policiais, que passam de 0,5 por mês a quase zero. Em outras palavras, há uma redução notável das mortes violentas e, dentro delas, especialmente daquelas decorrentes de intervenção policial. (CANO, 2012 p. 32)

Esta mudança na política de prioridades da atuação policial é importante porque ao colocar em segundo plano a tarefa inviável de se acabar com o tráfico de drogas, ela desloca o centro da atuação policial da caça ao inimigo (traficante de drogas) para a contenção da violência, criando possibilidades para interrupção do ciclo de mortes. Como ressalta Rodrigues (2012), o principal mérito da UPP é o “cessar fogo”.

Cano (2012) analisou os registros de ocorrência de todas as delegacias que fazem cobertura nas áreas de UPP. Segundo este levantamento que incluía 13 UPPs, houve diminuição de 50% nos registros de roubos, enquanto todas as demais modalidades de registros criminosos sofreram acréscimos. Os registros de estupro que vinham crescendo na cidade, tiveram um crescimento maior nas áreas de UPP, os furtos, idem, o mesmo ocorrendo com desaparecimentos, lesões dolosas, violência doméstica e ameaças. Os registros sobre drogas, não seguiram nenhuma tendência clara.

O crescimento no número de furtos, estupros, lesões corporais, violência doméstica e ameaças pode estar relacionado a duas questões principais: a primeira, é que certamente com a presença das UPPs os diferentes crimes passam a ser mais denunciados, e os policiais encaminham as vítimas para realizar os registros, fato que antes era proibido, pois o tráfico não permitia que fizessem os registros a fim de não ter a presença da polícia na favela; a segunda explicação, é que com o fim do controle arbitrário do tráfico, que proibia de forma violenta a prática destes delitos nas comunidades, pode estar havendo um incremento nas ocorrências. Assim como na evolução dos índices de violência no estado do Rio, mais uma vez, o aumento nos desaparecimentos nos chama a atenção, pois podem estar mascarando homicídios e autos de resistência.

Novos mercados

A orientação urbanística da realização dos megaeventos aponta para o crescimento da cidade em direção à Região Portuária, com o projeto “Porto Maravilha”, e à Zona Oeste, particularmente a Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que não só estão recebendo os principais equipamentos esportivos dos jogos olímpicos, como também as principais obras viárias (CARVALHO, 2009). Entretanto, a valorização imobiliária tem se dado na cidade inteira. Na Zona Sul e na grande Tijuca, áreas que

tradicionalmente são destinadas para a moradia das classes média e alta, com a “pacificação” de suas favelas tiveram um incremento extra na definição dos preços dos imóveis. Segundo o índice FIPE, de agosto de 2010 a agosto de 2012, o preço dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro aumentou 68, 3%; enquanto em São Paulo o aumento foi de 52, 4%; em Belo Horizonte de 38,3% e a média no Brasil de 50,9%. Levantamento realizado em agosto de 2009 pelo sítio ZapImóveis especializado no mercado imobiliário, apontava que na Favela Santa Marta com pouco menos de um ano de pacificação o mercado de imóveis estava movimentado, com variações que oscilavam de 30 a 400%⁸. Artigo do jornal O Globo de maio de 2010 também aponta a valorização de imóveis em áreas pacificadas muito acima da média da cidade⁹.

Um dos principais eixos do projeto de pacificação tem sido chamado de integração dos territórios à cidade. Um dos aspectos desta integração consiste em inserir a favela no mercado formal, assim busca-se por um lado registrar e formalizar negócios já presentes na favela, particularmente seus vários tipos de comércio, como lojas, *lan houses*, bares, etc.; por outro lado, busca-se a formalização dos serviços que hoje não são ofertados nas favelas ou são de forma irregular, como água, luz e TV a cabo. Levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas publicado em 2012, apontou que após a pacificação, o número de clientes da Light, fornecedora de eletricidade aumentou 126% na Babilônia; 33% na Cidade de Deus; 2864% no Batan; 35% no Chapéu Mangueira; e 68% no Cantagalo. Outros serviços, como água, telefonia, internet, e TV a cabo também tem se inserido, buscando ampliar seus mercados.

O principal agente que atua fortalecendo a UPP social é o sistema S¹⁰, que oferece cursos profissionalizantes e de informática. Fleury (2012), ao analisar os impactos no Santa Marta, destaca a fragilidade institucional da UPP social, que teria muito menos recursos de atuação que a UPP militar. Esta opção pelo sistema S reforça uma tendência a priorizar a formação de mão de obra para o mercado de uma perspectiva minimalista, oferecida diretamente pelo braço social dos setores patronais. Formar soldadores, garçons, etc¹¹ pode responder a uma demanda imediata do capital por formação de força de trabalho, mas restringe qualquer alcance transformador do processo em curso. Muda-se tudo e todos permanecem no mesmo lugar. Este conjunto de intervenções controle social-formação profissional é bem claro como mecanismo biopolítico: diminuem os homicídios e aumenta a vigilância e o treinamento. Administra-se a utilidade dos corpos. (FOUCAULT; 2005)

Com a pacificação, o entorno das favelas também foram valorizados, ampliando o circuito econômico formal e movimentando a economia. Grandes lojas de departamento, bancos, cadeias de lanchonete internacionais e mesmo um shopping estão se instalando no Complexo do Alemão; na Zona Sul, em Santa Teresa e na Providência as favelas estão integrando os circuitos turísticos. Favelas como Babilônia, Vidigal, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Chapéu Mangueira já possuem pousadas voltadas para o turismo internacional.

As favelas não são apenas alternativas de moradia para os setores pauperizados da população, são também o local de trabalho, de geração de renda, de redes de solidariedade no cuidado com as crianças e de formas alternativas de acesso a serviços. O aumento do custo de vida nestas comunidades se não for compensado por políticas que garantam novas alternativas de vida para estas populações,

⁸ <http://www.zap.com.br/revista/imoveis/mercado/venda-de-imoveis-a-pleno-vapor-20090812/>

⁹ <http://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>

Imóveis em favelas com UPP sobem até 400%

¹⁰ Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que dá orientações sobre como abrir e gerenciar uma empresa e contratar funcionários, [SENAI](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) - a quem cabe a educação profissional e aprendizagem industrial, além da prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas industriais, [SESI](#) (Serviço Social da Indústria) – promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes por meio de ações em educação, saúde e lazer.

¹¹ Estas informações estão disponíveis no sítio da FIRJAN

http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/12/12/2043/20121010164047180425e.pdf

tende a levar a um processo de “remoção branca”, onde uma parcela da população vê-se obrigada a deixar a comunidade por não conseguir arcar com os novos custos de vida impostos pelas regras do mercado formal.

Considerações Finais

O capitalismo brasileiro encontrou no Rio de Janeiro a possibilidade de novo ciclo de expansão. O calendário de eventos internacionais impulsiona um novo modelo de cidade que busca ser capaz de ampliar seus atributos na conquista de investimentos, capitais e turistas. Dentre as transformações em curso destacamos um grande feixe de estratégias voltadas para administrar, esconder, eliminar e penalizar os pobres. Foucault (2008) destaca que os diferentes mecanismos de poder convivem sempre entre si, modificando-se a cada tempo a definição do que vai se exercer com maior intensidade sobre a sociedade.

Uma das propostas da pacificação é integrar a favela e a cidade, sendo este processo iniciado com a ocupação policial, com a regularização de serviços públicos e a formalização do comércio. Sua localização prioritariamente em bairros de classe média e alta tem colaborado para o incremento de algumas atividades comerciais e mesmo do turismo. O capitalismo amplia suas fronteiras na cidade buscando assimilar a economia popular informal que cresce com o aumento da capacidade de consumo dos mais pobres.

A elevação do custo de vida proporciona medo nos moradores de não conseguirem continuar morando em suas comunidades e evidencia a fragilidade de uma política repressiva, que não apresenta minimamente mecanismos redistributivos e participativos.

Um dos aspectos mais problemáticos da relação dos moradores com a UPP é a sensação de que mudanças lhes estão sendo impostas. A UPP não somente inibe condutas criminais, mas estabelece uma relação de capilarização do poder, que se esparrama pelos territórios pacificados, infiltrando-se no cotidiano das comunidades e buscando moldá-las. Trabalhar pela manutenção da ordem em uma sociedade profundamente marcada por desigualdade sem partilhar a definição do que é esta ordem, sem construir mecanismos de contra-hegemonia, significa a afirmação das assimetrias e a imposição da visão dos setores dominantes.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO 2003.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- _____. (coord) ‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/ LAV-UERJ, 2012.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Freitas Barros Editora/ICC 2001.
- CUNHA, Juliana Blasi. O PAC e a UPP no “complexo pavão-pavãozinho-cantagalo”: processo de implementação de políticas públicas em uma favela da zona sul do Rio de Janeiro. Xi Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências sociais. Salvador, 2011.
- DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.
- DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – Entre Pombos e Falcões*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.
- Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011.
- FGV Projetos: Indicadores Socioeconômicos nas UPPs no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV n° 17, 2012.
- FLEURY, Sonia. Militarização do Social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. In *Sociologias*, Porto Alegre ano 14, n° 30, 2012.
- _____. Do welfare ao warfare state. In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 6 n° 5, 2013.
- _____. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere vol.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Annablume, São Paulo, 2005.
- LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. IN *Revista brasileira de segurança pública*. São Paulo v. 6, n. 2, 374-389, Ago/Set 2012.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Os sindicatos e o desemprego no Brasil*. Trabalho apresentado na Anpocs (mimeo), 2011.
- MELO, Thiago de Souza. *Policciamento Comunitário no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. PPGSD, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- MELOSSI, Dario. Prefácio in GIORGI, Alessandro De. *A Miséria Governada através do sistema penal*. Revan/ICC, Rio de Janeiro, 2006.
- MISSE, Michel.(coord) “*Autos de Resistência*” *Uma análise dos homicídios cometidos por policiais no estado do Rio de Janeiro*. Edital MCT/CNPq N° 14/2009 – Universal, 2011.
- _____. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: Diferenças e afinidades. In *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.
- RAMOS, Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraíso. “*Vim buscar a sua alma*”: *a governamentalidade da política Caveirão*. PPGSD, UFF. Niterói, 2010.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In *Comunicações do ISER* n° 67 ano 31, 2012.
- SILVA, Mario Osório. *A crise do Rio e suas especificidades*. Mimeo s/d.
- SIQUEIRA, Raíza et al. *O funk está Pacificado?*

- SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole – O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Taiguara Libano Soares. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. Rio de Janeiro: PUC, 2010.
- VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela – do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da Miséria*. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Punir os Pobres – A Nova Gestão Penal da Miséria nos Estados Unidos*. 3ª edição revista e ampliada (2007). Rio de Janeiro: REVAN, 2003.
- _____. *Insegurança Social e surgimento da preocupação com a segurança*. In Revista Panóptica ano 3 n. 19. Julho de 2010.
- _____. *A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo* in SANTANA, Marco Aurélio. Além da Fábrica. Ed. Boitempo, 2003.
- WAISEFIZ, J.J. Mapa da violência nos municípios brasileiros. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2008.
- _____. Mapa da Violência no Brasil 2010: Anatomia dos Homicídios na Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.
- _____. Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.
- ZAFFARONI, E. Raul. *O inimigo do direito penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- ZIBECHI, Raul. Brasil potencia: entre la integración regional y el subimperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.